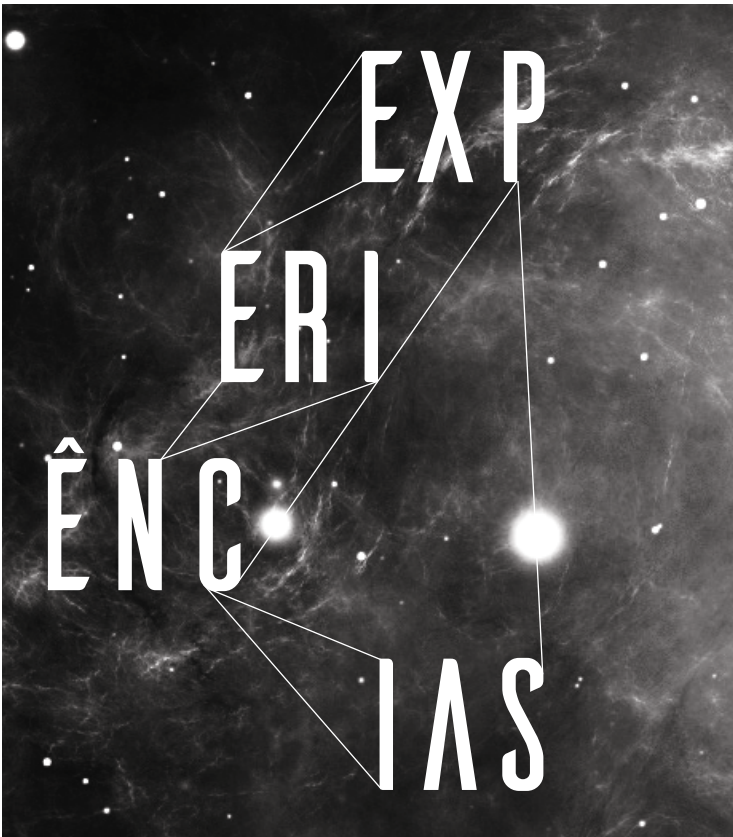


N A R R A R P O R



N A R R A R
P O R
E X P E R I Ê N C I A S

Intrigas, história e cidade



A N A
C L A U D I A
V E I G A D E
C A S T R O



J O A N A
M E L L O D E
C A R V A L H O
E S I L V A



J O S É
T A V A R E S
C O R R E I A
D E L I R A

Passei uma noite horrível. Sonhei que vivia numa casa residível, tinha banheiro, cozinha, copa e até quarto de criada. [...] Sentei na mesa para comer. A toalha era alva ao lírio. Eu comia bife, pão com manteiga, batata frita e salada. Que realidade amarga! Eu não residia na cidade. Eu estava na favela. Na lama, as margens do Tietê. E com 9 cruzeiros apenas. (JESUS, 2017, p. 39)

Nosso terreno foi comprado de Dona Angélica Aguiar de Souza. [...] A casa de Dona Angélica, na Avenida Angélica, era vermelha, de estilo europeu; ela trouxe um arquiteto estrangeiro para construir. O que me fascinava era a torrinhinha do palacete, toda de vidros coloridos com uma grade em roda. Ali morava a virgem das geleiras. Ali pousava o príncipe transformado em falcão para vê-la. Eu espiava a torre, da janela do porão de minha casa: era meio sumida no meio das árvores porque tinha um grande jardim na frente e um lago com cisnes. (BOSI, 1979, p. 234)

Trezentos e dezoito, trezentos e dezesseis... É ali. Rua das Tulipas, 316. Casa com jardim, repuxos, garage... sim senhor, uma bela casa. Ainda desta vez meu faro não me enganou. Bem que quando vi ontem aquele velhote, pensei com meus botões: esse sujeito tem dinheiro. Ele entrou na minha sala com um ar assim vago de visitante de museu. Ofereci-lhe uma cadeira mas ele não quis se sentar. Ficou defronte da mesa, muito empertigado, muito distinto. Então pensei: todas as manhãs ele faz ginástica para não engordar e apesar de ficar de língua para fora, não se recusa a subir uma ladeira. Era dos tais que devia andar com uma tabuleta dependurada no pescoço: 'Tenha sempre vinte anos!'. (TELLES, 1949, p. 25)

A história da cidade é campo de intrigas. Histórias que se enovelas umas nas outras, emaranhado de experiências, olhares, enredos, tramas de coisas às vezes registradas por escrito, modelando visões de mundo ou imagens influentes, às vezes ditas reservadamente, em escritos íntimos, ou se espalhando boca a boca com a sonoridade do burburinho, a rapidez do diz-que-me-diz. “Intriga” vem do latim *intricare*, “entrelaçar, emaranhar, embaraçar”, formado por *in-*, “em”, mais *trica*, “brinquedo, perplexidade, truque”. Do latim também veio “maledicência”, formada por *male*, “mal”, e *dicere*, “dizer, falar”. (INTRIGA, 2010) Na edição de 1913 do dicionário de Candido de Figueiredo, lê-se: “*Intriga*, f. Enredo secreto. Cilada. Traição. Bisbilhotice. Enredo de uma peça literária (De *intrigar*)”; e “*Intrigar*, v.t. Enredar ocultamente. Envolver em mexericos. Indispor. Inimizar. Excitar a curiosidade de. V.i. Armar enredos ou mexericos. (Do lat. *intricare*)”. (FIGUEIREDO, 1913, p. 973) Caldas Aulete (1881, p. 993) acrescenta: *intrigar* é “Enlear, por em confusão, tornar perplexo, excitar fortemente a curiosidade de”. Houaiss (2001, p. 1639) sugere ainda que seu primeiro uso em português veio das *Cartas* de José da Cunha Brochado, de 1696, detalhando entre seus significados: “Aquilo que é falado ou comentado reservadamente, ou espalhado como boato ou suposição” e também “Conjunto de peripécias imaginadas pelo autor de uma peça dramática, de um romance, de um filme etc.”. O termo possui, portanto, essa dupla acepção, mas seja como maledicência, seja como enredo, sua dimensão discursiva se impõe e supõe efeitos.

No texto que escreveu sobre o estranho memorial redigido por Pierre Rivière, um relato autobiográfico sobre a vida em família, as maldades, artimanhas e mexericos de sua madrastra e, especialmente, sobre o parricídio que ele cometeu nos anos 1830, Michel Foucault observou o emaranhado de narrativas que o manuscrito provocou entre os magistrados, psiquiatras e jornalistas que escreveram sobre o caso. Filiando-se a toda uma família de narrativas populares de crimes inesquecíveis, sua função era sempre “mudar de escala, aumentar proporções, fazer aparecer o grão minúsculo da história, abrir ao cotidiano o acesso da narração”, fazendo entrar na narrativa

elementos, personagens, nomes, gestos, diálogos, objetos que na maioria das vezes aí não têm lugar por carência de

dignidade ou importância social [...]. É preciso, por outro lado, que todos esses pequenos acontecimentos, apesar de sua frequência e sua monotonia, surjam como singulares, curiosos, extraordinários, únicos, ou quase, na memória dos homens. (FOUCAULT, 1977, p. 215-216)

Mas, se qualquer evento fosse digno da história, ela não correria o risco de se tornar um caos, uma mera disseminação indiferente de particularidades? Foi essa a questão levantada por Paul Veyne acerca do que deveria ou não interessar à história: “A vida de um camponês do Nivernais teria a mesma importância do que a de Luís XIV”? Esse barulho de buzinas que vem, nesse momento, da avenida equivaleria a uma guerra mundial”? (VEYNE, 1995, p. 27) Sua resposta não deixa dúvidas: “a história não se interessa pela originalidade dos acontecimentos individuais, mas por sua especificidade; [...] não existem tantos fatos como grãos de areia”. (VEYNE, 1995, p. 27) Mais importante do que os fatos em si – que não existem isoladamente – eram sua organização, suas ligações objetivas, seu enredo, sua intriga: “uma mistura muito humana e muito pouco ‘científica’ de causas materiais, de fins e de acasos; de um corte de vida que o historiador tomou, segundo sua conveniência. [...] Algo tão humano quanto um drama ou um romance”. (VEYNE, 1995, p. 28) E essa “trama” ou intriga não deveria se organizar necessariamente em uma sequência cronológica, até porque o mundo dos eventos históricos não coincide com a história enquanto gênero narrativo. (VEYNE, 1995, p. 17) Sua incessante ampliação jamais conduziria a uma história total, ela mesma uma falácia, mas a romper com a exclusividade dos grandes eventos, tidos como únicos fatos históricos legítimos, de modo a “desbravar uma imensa extensão do não-factual”, isto é, daqueles eventos ainda não consagrados como factuais, de cuja historicidade ainda não teríamos consciência.

Operando, pois, sem as hierarquias tradicionais entre o factual e o não factual, entre o macro e o micro, eram os próprios critérios eleitos pelo historiador o antídoto ao caos de toda pretensão de totalidade. Se não se tratava de aderir à ideia de uma história factual, tampouco era o caso de apenas alargá-la para abarcar a história de tudo o que compunha a vida de todos os homens. A ideia de uma história total,

nesses termos, era tão fugidia quanto a “agitação de uma grande cidade vista de um avião”.¹ (VEYNE, 1995, p. 24) Dito de outra forma, nem aquilo que “de fato” aconteceu poderia ser confundido com sua “série”, como cada acontecimento só faria sentido no interior de uma série eleita, o número de séries possíveis permanecendo tão indefinido quanto aquilo que poderia vir a ser a história no futuro.

A ideia deste capítulo é repensar a história urbana como intriga, isto é, ultrapassando a pretensão de totalidade por meio desse duplo jogo entre o histórico e o trivial, o factual e o não factual na concepção e produção material das cidades, nas maneiras de experimentá-las, percebê-las, representá-las. Partindo de um conjunto de narrativas não especializadas, ou não especificamente voltadas à sua explicação ou descrição histórica, análise, planejamento ou edificação material – como escritos ficcionais, diários, memórias ou autobiografias –, nosso intuito é discutir alguns de seus rendimentos historiográficos, de seus procedimentos e alvos, de suas premissas e sugestões para a escrita histórica da cidade.

É importante, antes de avançarmos, frisar que não trabalhamos com fronteiras demasiado rígidas entre história urbana, da cidade, da urbanização ou do urbanismo, motivo, aliás, de uma querela especial no Brasil desde o início dos anos 1990, quando um campo especializado de pesquisa começou a estruturar-se nacionalmente, enraizando-se nas faculdades de arquitetura e urbanismo. Já em um dos primeiros balanços da produção nacional especializada, observava-se a difícil articulação das variáveis espaço e tempo ou, antes, entre tempo histórico e tempo disciplinar nos trabalhos que vinham sendo apresentados em seminários promovidos pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Anpur). (FERNANDES; GOMES, 1998) Ainda que reconhecesse a fragilidade teórica da produção, o balanço mostrava-se indiferente a esforços paralelos que há muito vinham sendo desenvolvidos em outros fóruns, redes e disciplinas.² Seja como for, já na segunda edição do Seminário de História da Cidade e do Urbanismo (SHCU), realizado em Salvador em 1993, abandonava-se a designação inicial de “Seminário de História Urbana”, talvez em busca de uma especificidade disciplinar ou em resposta à preocupação dos participantes

“com os aspectos mais intrinsecamente relacionados à materialidade da cidade, às definições projetuais e às especificidades da profissão”. (GOMES; PINHEIRO, 2005, p. 20)

A discussão se tornaria ainda mais explícita em sua sétima edição, em 2002, quando se priorizou a realização de grandes balanços historiográficos dos estudos especializados em distintos países: “Vistas na perspectiva abrangente que esse conjunto de textos permite, notam-se indefinições que remetem a territórios e fronteiras ainda não muito bem demarcados”, observavam seus organizadores. (GOMES; PINHEIRO, 2005, p. 13) Continuavam a dominar nesse circuito as análises históricas das formas urbanas, dos processos materiais de urbanização, das redes urbanas, das questões espaciais, fundiárias e imobiliárias, da habitação, principalmente da habitação proletária, das políticas habitacionais e urbanas, da administração pública e legislação, e especialmente dos planos urbanísticos ou territoriais e da atividade do planejamento enquanto disciplina e profissão, em seus compromissos e dinâmicas próprios, de circulação e aplicação de ideias e modelos, assim como de trajetórias profissionais e intelectuais que ensinaram.

Mais recentemente, ao lado da constante interpelação historiográfica, teórica e metodológica no campo, e seguindo desenvolvimentos paralelos entre os estudos urbanos e os próprios impasses do planejamento, tornou-se visível, no âmbito da Anpur, do SHCU ou da pesquisa em arquitetura e urbanismo, a emergência de temas ligados ao cotidiano, aos modos de vida, às culturas e representações das cidades, vistos não só como formas de apropriação, mas de produção do espaço urbano, senão de urbanismos. Ao mesmo tempo que tais temas vêm produzindo deslocamentos importantes nas fronteiras tradicionais da historiografia especializada, eles também vêm enfrentando problemas de natureza temporal, documental e narrativa.

Uma dessas iniciativas é justamente a Cronologia do Pensamento Urbanístico – que deu origem ao conjunto de livros *Nebulosas do Pensamento Urbanístico*, do qual este é o terceiro tomo. O projeto defende a “natureza plural da vida em cidade”, reconhecendo o urbanismo mais como “um campo de convergência de saberes do

que um ‘campo’ disciplinar”. (JACQUES; PEREIRA, 2018, p. 11) Mas não só: buscando ultrapassar a limitação da ideia de cronologia como linearidade do tempo, propõe trabalhar com as “continuidades, emergências, rupturas, reiteraões, assim como com os discursos e silêncios que atravessam espacial e temporalmente os modos de conceber a vida em cidades”,³ (JACQUES; PEREIRA, 2018, p. 12) como que deslizando de um plano a outro, de um tempo a outro, “como um corte transversal dos diferentes ritmos temporais, uma análise espectral”. (VEYNE, 1995, p. 28) Alargando, assim, tanto a compreensão do urbanismo e da cidade como a abordagem do tempo a partir da Nova História, a tendência dialoga com os desenvolvimentos de uma hermenêutica urbana:

o tecido urbano, o comportamento dos cidadãos, as políticas de planificação urbanística, econômica ou social desenvolvem-se segundo cronologias diferentes. Mas, ao mesmo tempo, a cidade está inteira no presente. Ou melhor, ela é inteiramente presentificada por atores sociais nos quais se apoia toda a carga temporal. (LEPETIT, 2001, p. 14)

Ora, essa compreensão converge com a leitura da cidade como objeto complexo, polissêmico, multifacetado, que “é artefato, é campo de forças e é imagem”, como sintetizaria o historiador Ulpiano Bezerra de Meneses (1996, p. 148-149, grifo do autor):

A cidade é *artefato*, coisa complexa, fabricada, historicamente produzida. O artefato é um segmento da natureza socialmente apropriado, ao qual se impôs forma e/ou função e/ou sentido. Espaços, estruturas, objetos, equipamentos, arranjos gerais, etc., todavia, foram produzidos por forças que não é possível excluir do entendimento: forças econômicas, territoriais, especulativas, políticas, sociais, culturais, em tensão constante num jogo de variáveis que é preciso acompanhar. [...] Mas, além de artefato, coisa material produzida pelas práticas sociais e por toda a atuação de um complexo *campo de forças*, a cidade é também *representação*. [...] O conceito de representações sociais dá conta da complexidade da imagem (imaginário, imaginação), sendo igualmente capaz de incorporar outros ingredientes,

como conhecimento imediato, esquemas de inteligibilidade, classificações, memória, ideologia, valores, expectativas, etc.⁴

Desfaz-se, portanto, a oposição hierárquica entre a suposta “objetividade” das produções materiais e a “subjetividade” das forças e representações nelas implicadas, doravante compreendidas como dimensões inexoráveis, sempre presentes e em constante interação.

Se essa clivagem atravessou a história e as ciências sociais, opondo abordagens estruturalistas e perspectivas fenomenológicas, o que se explora aqui é a relação intrínseca entre ambas, vendo-as como uma espécie de circuito, uma trama de relações.⁵ Já em seu texto “Permanência e ruptura no estudo das cidades”, originalmente apresentado em 1990 no I Seminário de História Urbana, a historiadora Maria Stella Bresciani havia postulado a importância da ampliação dos horizontes disciplinares, reconhecendo a dificuldade de se definir conceitualmente o termo “cidade”. (BRESCIANI, 1991, p. 11) A ideia é reforçada e sintetizada na expressão “as sete portas da cidade”, que teria sido inspirada, como ela mesma diz, na “homologia entre as entradas conceituais de estudo de temas urbanos e as entradas físicas das antigas cidades muradas”.⁶ (BRESCIANI, 1991, p. 10) No momento mesmo em que as muralhas materiais da cidade vinham abaixo, propunha-se abordá-la de distintos ângulos; a cidade moderna, pensada como universo de formação de novas sensibilidades, podendo também ser adentrada pelas lentes de observadores sociais, literatos, memorialistas, jornalistas, filósofos, médicos, juristas, administradores públicos, cujas falas ademais vinham ganhando relevância na opinião pública e nas discussões cada vez mais agitadas a respeito das cidades. (BRESCIANI, 1984-1985, 1986)

É como parte desse longo caminho já percorrido que uma aproximação consistente a textos não especializados dentro do debate especializado se impõe. Afinal, se a história das cidades tem entre seus grandes precursores escritores bissextos e diletantes, memorialistas, cronistas locais, viajantes ou intelectuais curiosos que buscaram dar forma a suas experiências nesta ou naquela cidade; e se a disciplinarização – sobretudo no campo da arquitetura e urbanismo – levou em seguida a um estreitamento de suas fontes, no sentido de se atribuir

um *corpus* documental próprio;⁷ é evidente como hoje se recupera aquela literatura como parte fundamental não somente da história das cidades, mas da construção do conhecimento histórico, buscando-se também nos relatos ficcionais, memorialísticos, diarísticos e autobiográficos certas disposições narrativas imbricadas à própria experiência da vida urbana.

Dito de outro modo, diante da vontade de incorporar vozes, pontos de vista, práticas e circunstâncias que falem não somente de fatos, nomes e documentos históricos consagrados, mas de microescalas da cidade, de facetas, episódios e mesmo de indivíduos a princípio destituídos de interesse por si mesmos – “e justamente por isso representativos” (GINZBURG, 1998, p. 26-27) –, trata-se de aproximar a historiografia urbana dos distintos planos de experiência da cidade. Nesta espécie paradoxal de totalidade fragmentária, evanescente, estratificada e saturada de tensões, propõe-se atravessar fronteiras entre as esferas – da economia, da sociedade, da política, da moral, da família, da religião, da arte, da cultura – tanto quanto entre as disciplinas que da cidade se ocupam. Essas outras literaturas – memórias, diários, romances, contos, a que poderíamos acrescentar ainda os livros de viagem, as crônicas, as biografias⁸ etc. – aparecem como matéria preciosa para a reflexão historiográfica em torno das cidades.

UM DIÁRIO, UM CONTO E AS MEMÓRIAS

São Paulo é aqui nosso ponto de observação privilegiado, não só porque nela vivemos, mas tendo em vista seu rapidíssimo processo de metropolização, que, entre outras coisas, se manifesta em sua conversão nos anos entre 1940 e 1970 em um centro pulsante de vida subjetiva, literária e intelectual. Trata-se de olhar para essa cidade e ao mesmo tempo para três (ou quatro) mulheres que nela ou sobre ela escreveram e atentar para como o fizeram, buscando em seus relatos desembaraçar certos fios de experiência do novo que compõe a história de São Paulo.

Como mostrou Michelle Perrot (2007, p. 17), “as mulheres deixa[ra]m poucos vestígios diretos, escritos ou materiais. Seu acesso à escrita foi tardio. Suas produções domésticas [foram] rapidamente consumidas, ou mais facilmente dispersas”. E se elas mesmas muitas vezes destruíram esses vestígios, “porque os julga[va]m sem interesse”, neste caso, ao contrário, trata-se de dar relevo aos relatos produzidos, zelados e orgulhosamente publicados pelas três narradoras em um momento em que elas já encontravam lugares para se fazer ouvir. Mas além da condição de gênero, a análise busca inter-relacioná-la com as categorias de classe, de raça, de profissão ou de geração (GONZALES, 1982; CRENSHAW, 2008), sem assumir a primazia de uma sobre as outras, porque as suas relações são mútuas, móveis e cruzadas (DAVIS, 2016) e são elas que lançam luz sobre a diversidade da experiência urbana que é “sempre um terreno de contradição, de luta entre valores e visões-de-vida alternativos”. (THOMPSON, 1981, p. 194)

A escritora Maria Carolina de Jesus, neta de escravizados, nascida em 1914 em Sacramento, Minas Gerais – onde frequentou a escola por dois anos –, chega em São Paulo no final dos anos 1930 e, como muitas migrantes pobres e negras com pouca ou nenhuma experiência urbana, passa a trabalhar na cidade como doméstica, morando inicialmente na casa de seus patrões. Ao final dos anos 1940, já mãe de três filhos, constrói para si e as crianças um barraco na recém-formada favela do Canindé, às margens ainda não retificadas do Tietê. Como catadora – atividade que exerce para o sustento da família –, Carolina passa os dias percorrendo a cidade a recolher restos de qualquer coisa que possa ser vendida. “Que suplicio catar papel atualmente! Tenho que levar a minha filha Vera Eunice. Ela está com dois anos, e não gosta de ficar em casa. Eu ponho o saco na cabeça e levo-a nos braços. Suporto o peso do saco na cabeça e o peso da Vera Eunice nos braços” (20 de julho de 1955). (JESUS, 2017, p. 22)

Mas sua vida não se resume a esse sobreviver. “Sou aficionado a ler até pedaços de papéis pelas ruas”: a frase do *D. Quixote* – o primeiro romance –, que figura a “condição material do leitor moderno”, adquire em Carolina um sentido quase literal, na medida em que só os papéis da rua ela podia ler.⁹ “Todos tem um ideal. O meu é gostar de ler”, ela anota em seu diário em 23 de julho de 1955. Carolina é leitora

e se faz escritora nas andanças pela cidade, recolhendo também livros e cadernos, que passa a preencher com histórias, memórias, poesias e anotações do seu dia a dia, estas últimas editadas como um diário.

Seu primeiro livro, *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, lançado em 1960, teve um êxito imediato, vendendo 10 mil exemplares na primeira semana.¹⁰ O impacto, contudo, foi além do literário. No Plano de Desfavelamento da favela do Canindé, publicado em 1962 pela Prefeitura de São Paulo, reconhecia-se sua importância na mudança da sensibilidade oficial:

O impacto causado pela publicação do já famoso ‘Quarto de Despejo’, de Carolina Maria de Jesus, a extinção da Favela do Canindé pela Prefeitura, através dum plano pelo qual 60% dos seus moradores adquiriram casa própria, a ampla divulgação e interpretação dos problemas que vem sendo dada pelo Movimento Universitário de Desfavelamento (MUD), marcaram o despertar da cidade de São Paulo para êsse grave problema humano e social – a favela. (SÃO PAULO, 1962, p. 3)

Em seu segundo livro, *Casa de alvenaria: diário de uma ex-favelada* (1961), ela dirá: “Agora eu falo e sou ouvida. Não sou mais a negra suja da favela”.¹¹

Pelos fragmentos reunidos nessas obras, o leitor segue seus passos pela cidade e a cidade é dada a ler, “tecendo-se uma apertada trama de reflexos e reenvios”.¹² (RYBEIRO, 2003, p. 18, tradução nossa). Uma cidade vivida na experiência da pobreza, cujos restos, pedaços soltos, retalhos, são por Carolina catados e costurados de modo a revelar não só um universo ainda pouco conhecido e mesmo rebaixado pelo leitor, mas o ponto de vista improvável de uma mulher negra e favelada, com seus próprios objetos, valores, lutas, labutas, tratos, sentimentos, com sua escrita peculiar, lírica às vezes, perturbadora sempre.

Transformados em livro, tais fragmentos adquirem importância evidente àqueles interessados em entender e estudar a cidade em seus

anos mais intensos da metropolização, quando uma imagem positiva de São Paulo apoiada na industrialização, na proeminência cultural e no magnetismo demográfico se firma. A força de sua escrita, porém, vai além da denúncia. Pois é justamente esse percorrer a cidade nas páginas do diário que indica desde o seu ponto de vista os sentidos diversos da própria metropolização e revela uma cidade construída sobre alicerces múltiplos, por pessoas que se movem não apenas pela necessidade, mas também por desejos materiais e imateriais.¹³

Amanheceu chovendo. Tenho só três cruzeiros porque emprestei 5 para Leila ir buscar a filha no hospital. Estou desorientada, sem saber o que iniciar. Quero escrever, quero trabalhar, quero lavar roupa. Estou com frio. E não tenho sapato para calçar. Os sapatos dos meninos estão furados (28 de maio de 1958). (JESUS, 2017, p. 45)

A preocupação com os sapatos, a princípio prosaica – e tão recorrente nas páginas do livro –, ligava-se a sua atividade cotidiana. Como atravessar descalça a cidade em busca de seu sustento?¹⁴ Mas também remete – é difícil não pensar hoje – à separação entre os livres e os escravizados, cidadãos e marginalizados. Na cidade moderna, andar descalço marca uma hierarquia, soa como algo vergonhoso.

Uma senhora que regressava da feira disse-me para eu ir buscar papeis na rua Porto Seguro, no prédio da esquina, 4 andar, 44 [...] No sexto andar o senhor que penetrou no elevador olhou-me com repugnância. Já estou familiarizada com estes olhares. Não entristeço. Quiz saber o que eu estava fazendo no elevador. Expliquei-lhe que a mãe dos meninos havia dado-me uns jornaes. Era este o motivo da minha presença no elevador. Perguntei-lhe se era medico ou deputado. Disse-me que era senador. O homem estava bem vestido. Eu estava descalça. Não estava em condições de andar no elevador. (14 de agosto de 1958). (JESUS, 2017, p. 110-111)

A permanente pulsão de escrever, tantas vezes anotada, não se separa do trabalho cotidiano nessas travessias em busca da sobrevivência.¹⁵

Como um espaço de intimidade que funciona como uma espécie de cordão de isolamento àquele mundo violento, o diário se constrói nutrido por esses deslocamentos entre casa e cidade, marcando o tempo da vida nos gestos corriqueiros diligentemente anotados, do ponto de vista de uma existência incerta, atravessada pelas dificuldades de sobrevivência e pela certeza de uma vocação.¹⁶

Brites nasceu em 1903, pouco depois de seu pai engenheiro – transferindo-se da Mogiana, em Ribeirão Preto, para as obras de saneamento de Santos – instalar toda a família em São Paulo. Não era uma família de posses, bem ao contrário, mas em 1905 conseguiram construir uma casa térrea com porão elevado e jardim lateral na Rua Barão de Tatuí, em Santa Cecília. Lá ficaram até pouco depois da morte da mãe, em 1924, que enviudara em 1919. Era de lá que Brites avistava o zimbório do palacete de Dona Angélica de Souza Queiroz de Aguiar Barros, que de fato fora projetado pelo arquiteto alemão August Fried, inspirado no Palácio de Charlottenburg. Encantava-lhe a torrinha, onde “morava a virgem das geleiras” e, apesar da vizinhança grã-fina, seu único contato com a baronesa era mediado pelos contos de fadas e pelo lote em que moravam, por ela vendido como de praxe “a quem fizesse a oferta mais baixa”.¹⁷ (HOMEM, 2010, p. 159) Incentivada pelo pai a estudar, trabalhar e a não depender de marido, formou-se na Escola Normal e, em 1925, tornou-se por concurso professora da rede municipal, iniciando a carreira no Grupo Escolar da Vila Maria Zélia, de onde se transferiu, em 1930, para o Grupo da Lapa.

Suas memórias foram recolhidas nos anos 1970 pela psicóloga Ecléa Bosi (1987, p. 1), cuja tese de livre docência na Universidade de São Paulo (USP) foi dedicada ao tema da função social das lembranças na velhice: “para obtê-las, entrevistei longamente, pessoas que tinham em comum a idade, superior a setenta anos, e um espaço social dominante em suas vidas: a cidade de São Paulo”. Oito dessas memórias, incluindo a de sua irmã Lavinia, foram cuidadosamente colhidas e transcritas pela autora e publicadas no livro *Memória e sociedade*, em 1978, que já segue em sua 19ª edição como referência incontornável nos estudos sobre memória e história oral.

adas pelo ativismo político (BOSI, 1987b, p. 333-334) – “vivo muito o presente, o futuro, só agora fiquei voltada para o passado” (BOSI, 1987b, p. 231) –, as lembranças de D. Brites evidenciam uma consciência do valor da memória como um ofício: espécie de tecelagem entre presente, passado e futuro. A habilidade com que ela transita de um assunto a outro, de um momento a outro, do pessoal ao coletivo e ao político, é emblemática: é que, desenrolando os fios de histórias diversas, a memória é afinal – observaria Bosi acerca de Halbwachs – “um ponto de encontro de vários caminhos, um ponto complexo de convergência dos muitos planos do nosso passado”. (BOSI, 1987b, p. 335) Transitando, pois, entre o tempo largo da infância, “quase sem margens”, e mitologias familiares ancestrais; entre os anos de juventude e o passo do trabalho e da vida adulta, quase sempre dividida por marcos da vida social, nacional e internacional, a Gripe Espanhola, as lutas operárias, a Era Vargas, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o voto feminino, intensamente vividos e descritos em detalhe, e as análises de si e dos outros; manifestando suas próprias convicções e enlaçando-as aos sentimentos do mundo, das plantas, dos objetos, dos acontecimentos, as lembranças de Brites também desvelam espaços de um modo peculiar. Ora são o interior da casa, o jardim, os terraços e quintal, ora são as brechas e fugas para as ruas, sempre acompanhadas de um aroma, uma impressão, um evento: o Largo do Arouche, a Praça da República, onde ficavam a Escola Normal e o jardim de infância por trás, já demolido, a fábrica, o grupo escolar, a linha de bonde e a atenção dos motorneiros, a cidade:

Quando atravessávamos o Viaduto do Chá eu tinha um medo louco. O chão tinha umas frinchas largas e pelas frinchas via, lá embaixo, uma água barrenta, chácaras e plantações. [...] Há uma bonbonnière na esquina da Dom José de Barros com a Itapetininga, que ainda é a casa antiga que existia lá. Há muito tempo não vou à cidade, não estou bem lembrada mas tenho ideia que na rua Dom José de Barros ainda há daquelas casas antigas, térreas. Qualquer dia vou lá com minha irmã para ver. Há pouco tempo ainda existia lá a casa do Lane, com jardim e saída para Bráulio Gomes. Na minha rua passava cantando o sorveteiro. (BOSI, 1987b, p. 234-235)

As lembranças remetem a um momento anterior à execução do plano de Bouvard, que faria do Vale do Anhangabaú a grande sala de visitas da cidade. Mas também aqui o olhar desviava da arquitetura, do urbanismo, da obra de engenharia: se, do porão de sua casa, elevava-se ao torreão do palacete da baronesa a fantasiar com virgens e falcões; pelas frestas do tabuleiro da ponte, assustava-se ao reconhecer, lá embaixo, o córrego, as chácaras, as plantações. Não somente o olhar movimentava-se, para cima e para baixo, do fabuloso ao apavorante; mas tempos e espaços justapunham-se no relato do passeio: memória e imaginação infantis, o construído e o natural, o centro e o bairro, permanências e perdas na paisagem urbana a recompor vínculos peculiares entre as pessoas e o aspecto dos lugares, o traçado das ruas, a pavimentação, as obras, os monumentos, em sua história de mudanças tanto quanto na “rebeldia da memória que os repõe em seu lugar antigo”. (BOSI, 1987b, p. 371) É a própria Ecléa Bosi (1987b, p. 363) quem refaz o insólito da experiência recolhida de D. Brites:

Outro dia, caminhando para o Viaduto do Chá, observava como tudo havia mudado em volta, ou quase tudo. O Teatro Municipal repintado de cores vivas, ostentava sua qualidade de vestígio destacado do conjunto urbano. Nesse momento descobri, sob meus pés, as pedras do calçamento, as mesmas que pisei na infância. Senti um grande conforto. Percebi com satisfação a relação familiar dos colegas, dos namorados, dos vendedores ambulantes com as esculturas trágicas da ópera que habitam o jardim do teatro.

Lygia Fagundes Telles – essa paulistana nascida na Rua Barão de Tatuí em 1923, filha de uma pianista que abandonou a carreira em favor do casamento (afinal desfeito) e de um procurador e promotor público – escreveu romances e contos entre os anos 1940 e 1960 que têm como palco principal São Paulo.¹⁸ Os cenários – construídos a partir de marcadores de gênero tradicionais que identificam, de um lado, o espaço público com o trabalho, o masculino e o racional, o centro com o espaço da produção e dos encontros fortuitos; de outro, o espaço privado com o consumo, o feminino e o irracional, os bairros como o lugar da habitação e da família nuclear –¹⁹ abrigam enredos que, ao girarem em torno de casamentos infelizes mantidos à

custa de amantes, alguma resignação e muita hipocrisia, embaraçam essas dualidades e revelam outras tensões em curso na cidade que se fazia metrópole,²⁰ além das já mencionadas a partir das andanças de Carolina e Brites. É o que podemos notar no conto “Ôlho de vidro”,²¹ que trata de uma suposta traição conjugal.

O conto tem como narrador um detetive que inicia sua investigação na Rua das Tulipas, 316. Contratado para observar por uma semana, de meio-dia em diante, a esposa daquele senhor que lhe apareceu muito empertigado e distinto em seu escritório no dia anterior, o investigador logo identifica a residência do casal. Sua figuração com jardins, repuxos e garagem confirmava a posição social do “velhote” – “Sim senhor, uma bela casa!”. Ele intuía ao primeiro olhar: “esse sujeito tem dinheiro” –, mas não sustentava, diante da suspeita de traição, a imagem de vida familiar estável e bem afortunada que procurava representar. Pois sim, aquele certamente seria mais um caso positivo, refletia o detetive, que confessa:

Sempre preferi vigiar mulheres, seguir de perto o rastro dêesses bichinhos fascinantes e imundos. Quando sigo um homem, não tenho emoção nenhuma, êles são diretos, agem com tanta naturalidade como se estivessem escovando os dentes. Não há âquele mistério da mulher que sai de casa para o encontro. Não sei, mas elas fazem tudo de um jeito tão sinuoso [...]. (TELLES, 1949, p. 27-28)

Sinuoso como o de sua mulher, Laura – lembrou o detetive –, que, “num dia assim azul como este”, com o “mesmo arzinho patife de gata dissimulada”, saiu dizendo, segundo Lygia Telles (1949), “que ia comprar não sei o quê”. A fala evasiva acionou a desconfiança do marido-investigador, que, perseguindo-a em meio à multidão, entre desvios e perdas de vista, pode finalmente ver quando ela e o amante “se enfunaram num hotelzinho ordinário, com essa naturalidade de quem já se habituara a subir escadas semelhantes”. (TELLES, 1949, p. 31-32) A lembrança foi criando laços com outros episódios, levando-o de volta à infância, à suspeita de traição da própria mãe, até que se deu conta de que ouvia alguém tocando piano e de que eram “quase seis horas!” e nada da esposa do cliente deixar a toca!

Amanhã, quem sabe. Decerto é ela quem está tocando. Quase tôdas as tardes antes do tipo Alcebiades vir nos visitar, minha mãe também tocava essa música com êsse mesmo jeito desanimado. Que me cortem o pescoço se êste não é um caso positivo. Todos são casos positivos. E se Lucinda ainda não enganou Aristeu, é por pura falta de imaginação. (TELLES, 1949, p. 38)

Antes de deixar a cena, o detetive ainda pensa: “Laura vai ficar triste porque não estou lhe levando os morangos que pediu. Direi que estavam podres”. (TELLES, 1949, p. 38) Na intriga construída por Lygia Fagundes Telles, o percurso dos homens é direto, da casa ao trabalho, ou para onde lhe interessasse, sem culpa ou preocupação. O das mulheres, tortuoso, é percorrido ao longo do dia por lugares “respeitáveis”, onde sua presença fosse “natural”: igreja, salão de beleza, lojas, casa de amigas e comadres, e por meio dos quais elas também dissimulavam encontros amorosos e temperavam uma vida doméstica vazia e enfadonha.

O conforto e a familiaridade nostálgica que transbordam na narrativa de Brites enfatizam a figuração da cidade com um lugar de devaneios, encontros, consumo e lazer, também experimentados pelas mulheres de classe média retratadas por Lygia. Essa figuração parece ausente nos relatos de Carolina, cuja experiência urbana é marcada pelo trabalho e a privação que ela transforma em literatura para, ao fazê-lo, sobreviver num sentido amplo. O que é interessante enfatizar é que, na experiência e na figuração, são diversas as escolhas e as formas de narrar os espaços da cidade, como se nota no diário, nas memórias e na ficção. Mas, além desses aspectos e de comentar as tensões de gênero que marcaram também o período, o conto aqui analisado entrelaça de modo surpreendente duas histórias, a do velhote e a do detetive, e de suas supostas adúlteras. O mecanismo mnemônico que abre portas para outros lugares e outros tempos aciona o jogo entre dois enredos – do cliente e do detetive, da esposa investigada e a do detetive, vigilância presente e evocada, do pessoal e do profissional – comum entre esse tipo de literatura que, como estratégia narrativa, permite ao escritor ir de uma intriga a outra. (PIGLIA, 2004)

TRAMAS, URDIDURAS E LEITURAS CRUZADAS

Lendo o diário de Carolina, as memórias de Brites transcritas por Ecléa ou o conto de Lygia, nota-se como o emaranhado de intrigas se adensa com essas três mulheres, que não só observam a cidade desde seus lugares sociais de classe, raça, gênero, profissão e geração, mas também elaboram tramas próprias, partindo de urdiduras literárias distintas.

“Diários germinam bem nas regiões áridas da experiência humana” e condensam, como argumenta um crítico acerca do relato de Defoe sobre o naufrago Robinson Crusoé, o esforço equivalente de “arrumar a casa”.²² As datas que aparecem nas anotações do diário têm sentido similar e ordenam a narrativa de modo a criar um elo que muitas vezes une acontecimentos sem nenhuma ligação entre si. (LEJEUNE; BOGAERT, 2003) Diferentemente da ficção e até mesmo das memórias – outra forma de escrita de si que também pressupõe o mergulho interior –, o diário organiza os pensamentos e ancora a subjetividade do autor no curso cronológico dos fatos cotidianos, sequestrados à expressão pública e quase nunca visando um leitor. (CHARBEL, 2020) É nessa espécie de conexão quase imediata, sempre muito próxima aos eventos, nesse “inventário de fatos e de dias” (VILA-MATAS, 2003, p. IX), que o diário se torna para o historiador da cidade uma possibilidade de reencontrar a experiência urbana na intimidade, percebendo a aproximação quase microscópica às dinâmicas da vida comum entretecida às dinâmicas estruturais que também organizam aquela vida na cidade. Trata-se de uma possibilidade de superação entre essa dicotomia ou hierarquia, como tematiza Veyne (1995).

Mas, na metamorfose que se opera quando esse documento íntimo e pessoal é tornado público, o diário também assume em algum sentido um estatuto literário.²³ Diante disso, menos que a “verdade” dos fatos, talvez se possa pensar que é na própria fragmentação narrativa constituída pelas suas entradas, oscilantes entre consciência e inconsciência, que se dá a ver a desordenação constitutiva da vida social – desvelando uma sociedade que não se faz sem conflitos,

tensões, oposições, constituída ela mesma por fragmentos. O autor de um diário é um curioso de si e dos outros e suas representações, interessado nesses fragmentos – que mobilizam a memória e que, no caso de Carolina de Jesus, movem-se no ritmo dos seus pés e da sua pena –, que são formas de ver e narrar o mundo, levando-nos a reconhecer, nessa experiência da cidade, as tramas de uma sociedade cada vez mais fraturada.

Como gênero literário, as memórias de um indivíduo, em geral proeminente, nascem no século XVI. (LE GOFF, 1990, p. 461) O *mémorialiste* ora descende de esforços autobiográficos centrados na vida interior e exterior de seus autores, ora de relatos sobre a vida de uma comunidade, uma cidade, ou mesmo um evento, do qual o autor se vê como narrador privilegiado. Toda cidade, e mesmo um bairro ou freguesia, teria seus memorialistas. São Paulo produziu muitos deles a partir do final do século XIX e especialmente em meados do XX, quando as transformações urbanas suscitaram uma vaga de rememoração a seu respeito.²⁴ Um deles foi Afonso Schmidt, aliás, autor de cabeceira de Brites, que lhe apresentou “a questão social” nos anos 1920, quando ela começou a trabalhar com as crianças da Vila Maria Zélia. (BOSI, 1987b, p. 259) Rastreado como um detetive os meandros da cidade, os mistérios e vestígios do passado local, seus recantos e costumes, instantâneos, lendas, personagens memoráveis ou exóticos, episódios singelos, traços da urbe perdidos (PRADO, 2003) e, claro, o lugar de seu autor como testemunha especial dessa história, esse tipo de livro justapunha, ainda que em fragmentos, emoção e memória, grandes e pequenos eventos, o individual e o coletivo.

Mas se as memórias de Brites, de Lavinia ou as outras que Ecléa Bosi recolheu em *Memória e sociedade* não foram feitas por indivíduos ilustres, nem escritas ou publicadas individualmente, mas produzidas a partir de depoimentos orais, sem assinatura, qual o seu valor para a história? Em primeiro lugar, talvez, por aquilo a que aludimos anteriormente acerca de Pierre Rivière (FOUCAULT, 1977) e de Menocchio (GINZBURG, 1998): por se tratar de indivíduos, mundos, detalhes a princípio destituídos de importância social e, por isso mesmo, “representativos”. Em segundo lugar, por encenarem

esse vínculo fundamental, ainda que “em baixa”, entre a memória individual e a memória coletiva: a narração, “ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação”, um vínculo entre a voz e a mão (BENJAMIN, 1986, p. 205, 221), ativando uma faculdade de intercambiar experiências. Entre as narrativas, aliás, Benjamin julgava serem melhores “as que menos se distinguem das histórias orais contadas por inúmeros narradores anônimos” (BENJAMIN, 1986, p. 198), talvez por sua dimensão utilitária, “a continuação de uma história que está sendo narrada”, talvez porque tecida “na substância viva da existência”. (BENJAMIN, 1986, p. 200) Uma forma de tecelagem, como notara Ecléa, ainda que nem sempre precisa – “Tenho medo de faltar com a verdade, às vezes a fantasia atrapalha” (BOSI, 1987a, p. 234) –, mas sempre visando alguma utilidade: “Eu ainda guardo isso para ter uma memória viva de alguma coisa que possa servir alguém”. (BOSI, 1987a, p. 270) Produzidas no contexto de uma pesquisa acadêmica, tratava-se não somente de pensar o lugar rebaixado dos velhos e das lembranças na sociedade urbana, governada pelo trabalho, pela acumulação e, por que não dizer, pelo progresso, mas também de reconhecer atributos constitutivos da memória como vínculo entre gerações, experiências individuais e coletivas, a memória e a história.

Não custa lembrar que foi justamente nos anos 1970, quando Ecléa entrevistou Brites, que o tema da memória e os estudos do sociólogo Maurice Halbwachs sobre memória coletiva começaram a ser fortemente valorizados pelos historiadores. Era um período de emergência das identidades locais e de prestígio acadêmico e político da história oral, da história viva, das histórias de vida, da história das minorias, dos oprimidos, dos pobres, da reencenação do passado.²⁵ (JOUTARD, 2010) Esse processo seria acompanhado de uma renovação fundamental na historiografia urbana com a entrada em cena de objetos, atores e práticas sistematicamente ignorados até então.

Na ficção, como sabemos, os personagens são ancorados em um mundo construído pelo autor. Mas, a despeito da invenção, a narrativa, diz Piglia (2006, p. 23), “está sempre localizada e situada, concentra-se numa cena específica, nunca é abstrata”. Compreender essa tensão de forças entre a subjetividade do autor e a objetividade do mundo

encenado na qual ela existe e que, em alguma medida, ela também modela é o desafio colocado para a análise da obra, como ensinou Auerbach (1971), e para o historiador nela interessado. Essa via de mão dupla, que a obra literária parece conter, é algo que interessa à história urbana, pois se a obra também constrói o mundo, tomamos conhecimento das cidades pelo que ali se formula – não como algo documental, mas como invento, como intriga, discurso, imagem, como *representação*, seja a representação especializada da cidade (urbanística, administrativa, econômica, sociológica etc.), sejam as representações literárias (assim como as cotidianas, memoriais e mesmo as representações leigas). É assim que a própria palavra “representação” – tão comumente usada pelos historiadores da cidade interessados nesses outros materiais – pode ganhar novos sentidos. Não se trataria de saber de antemão o que encontrar na obra, nem de ver a obra como um reflexo do social, mas, quase ao contrário, de, com a obra, pensar o mundo como algo figurado na própria forma literária.²⁶

A literatura, entendida como prática cultural (WILLIAMS, 2011), traz elementos fundamentais para a compreensão do mundo social – no nosso caso, para compreender a história urbana. (CASTRO, 2016) De saída, ela nos faz lembrar que as narrativas, mesmo as mais objetivas, sempre estiveram presentes na história. E que se a partir do século XIX, no esforço de fazer reconhecer a sua cientificidade, os historiadores tornaram seus textos austeros, duros e até monótonos, hoje é possível pensar, lembrando Marc Bloch (2001), que é preciso se resguardar de retirar dessa ciência sua parte de poesia. O compromisso com a cientificidade tampouco deveria roubar à história o prazer da leitura, a vivacidade, o mistério, o imprevisto – em uma palavra, a intriga –, porque é também por meio dela que se podem alcançar outros leitores, outros diálogos, para além dos especializados. É nessa ampliação de seu público que a história pode alcançar com mais força o seu potencial de fazer ver, ouvir, pensar, conhecer outros homens e mulheres e, com isso, permitir pensar outros mundos e engendrar transformações, inclusive nas formas de narrar. Por isso, além de imaginá-los, o historiador deve tornar vivo aquilo que narra, valendo-se de diferentes figuras discursivas, pensando também por meio de imagens e representações a construção da sua trama.

A importância da literatura na história não se restringe, entretanto, à leitura. Ela se relaciona também com os – já não tão novos – problemas historiográficos, alguns especialmente relevantes para a história da cidade, como buscamos tematizar ao longo desse ensaio. Um deles, a possibilidade de produzir narrativas capazes de, ainda que centradas em um mesmo acontecimento, serem enunciadas a partir de pontos de vistas diversos, convocando à cena múltiplos atores e vozes, individuais e coletivos, inclusive em oposição e dissonância. E entre essas vozes, também a do historiador deve estar presente, pois, longe de ser neutra, mesmo considerando todos os rigores metodológicos, ela participa do diálogo e inevitavelmente produz um deslocamento, um encontro, um embate de tempos, do presente ao passado, do passado ao presente, nas tensões constitutivas de cada momento histórico. É nesse sentido que, na história urbana, a atenção à multiplicidade e sincronicidade de vozes, mas também às dissonâncias, pode encontrar nos diários, nas memórias e nas obras ficcionais elementos e materiais úteis à tessitura das intrigas da cidade, articulando temporalidades mais complexas, como nebulosas, “em seus ritmos lentos, densas, esgarçadas, carregadas de gestos, de intenções, de sentido, exibindo seus nós de relações ou de conflitos, assim como do que resta à margem, que erra, que não se integra ou não tem lugar” (JACQUES; PEREIRA, 2018, p. 13), explorando as características não lineares da experiência vivida, encarnada, plural.

NOTAS

- 1 Tampouco, nada recomendava, por exemplo, que “a história da tecnologia dos transportes” devesse “ser substituída por uma fenomenologia do espaço e seus mediadores”. (VEYNE, 1995, p. 21)
- 2 Em São Paulo, Emilia Viotti da Costa deu início, ainda nos anos 1960, a um grupo de pesquisa de história urbana na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), que poderia ter seguido não fosse seu exílio forçado após o Ato Institucional nº 5 (AI-5). Em Yale, onde se fixa na cadeira de História da América Latina, a historiadora não daria continuidade a essas discussões, salvo em um ou outro ensaio. Mas, curiosamente, seu antecessor ali foi Richard Morse, intelectual que também contribuiu de maneira empenhada na formação desse campo, desde sua primeira obra de fôlego, uma história da cidade de São Paulo. (MORSE, 1954) Em 1985, o Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) criou a linha de pesquisa Cultura e Cidades, e já nos anos 1990 multiplicavam-se iniciativas de historiadores, cientistas sociais ou estudiosos da literatura junto a instituições como a Associação Nacional de História (Anpuh), o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP), o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), entre outras, que resultaram em publicações como: *Cidades brasileiras: políticas urbanas e dimensão cultural* (1998); *Cidades brasileiras II: políticas urbanas e dimensão cultural* (1999); *A cidade em debate* (1999); *Cidade: história e desafios* (2002); *Capítulos da memória do urbanismo carioca* (2002). Em 2008, um balanço sobre os diretórios de grupos de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) localizou 84 grupos “que se autoidentificam como estudos ligados à cidade e/ou ao urbano na área de história”, ainda que, em sua maioria, a discussão da cidade aparecesse de modo “obliquo”. (CARPINTÉRO; CERASOLI, 2009)
- 3 Bem como, é importante dizer, permitindo também “uma melhor compreensão da circulação das ideias urbanísticas, tanto nacional quanto internacionalmente, composta por uma série de redes de conexões entre atores, cidades, temas, iniciativas ou, de modo mais fino, se desejável, questões teóricas ou conceitos, por exemplo”, ou seja, reposicionando “a história do pensamento urbanístico em um universo mais vasto de interações individuais e coletivas, através de uma compreensão, mesmo que momentânea, das diferentes *nebulosas* de ideias e de ações em presença”. (JACQUES; PEREIRA, 2018, p. 12-13)
- 4 No texto mencionado, publicado há mais de 30 anos, Ulpiano Bezerra de Menezes (1996, p. 149) ainda afirmaria: “Se nos estudos tradicionais da cidade impera a dimensão do artefato e, sob o influxo das ciências sociais, vem tomando corpo a de campo de forças, é preciso reconhecer que a de imagem, representação, tem ainda pouquíssimo peso, ou então aparece desvinculada das demais”.

- 5 Em seu comentário acerca das relações entre o manuscrito de Pierre Rivière e seu crime, Foucault (1977, p. 212) reitera: “O texto não relata o gesto, mas de um a outro há toda uma trama de relações; eles se sustentam, entrelaçam-se um e outro em relações que aliás não cessam de se modificar”.
- 6 O texto, inicialmente um depoimento à revista, retomava a reflexão e desenvolvia a entrada por “duas portas” que apenas haviam sido assinaladas no ensaio anterior.
- 7 Sobre os antecedentes da história urbana ou das cidades, ver: Raminelli (1997) e Almandoz (2008).
- 8 O vínculo entre biografia, história íntima e história urbana foi tematizado a partir da obra de Gilberto Freyre em José Lira (2019).
- 9 Na frase citada por Piglia (2006, p. 20-21), ele completa: vivendo num mundo rodeado de signos e palavras, “no tumulto da cidade, ele [Quixote] se detém para recolher papéis atirados na rua, deseja lê-los” – num caminho literário que se completa no *Finnegans Wake*, no qual Joyce traz “esses papéis amassados [que] estão perdidos numa lixeira, bicados por uma galinha que cavouca o chão”.
- 10 Em seguida, o livro é traduzido para 14 línguas e publicado em 40 países, alcançando a marca de mais de um milhão de exemplares vendidos. Esse diário é publicado com a assistência do jornalista Audálio Dantas, que conheceu Carolina na favela do Canindé, quando buscava fazer uma matéria sobre as condições de vida daqueles que ali viviam. (DANTAS, 1959, p. 92-97) Antes disso, entretanto, Carolina já rodara editoras e redações em busca de publicar seus poemas, sem sucesso.
- 11 O segundo livro, lançado na sequência do sucesso, não teve a mesma acolhida, jamais sendo reeditado.
- 12 A expressão – no original: “una apretada trama de reflexos y reenvíos” – é tomada de empréstimo dos diários de Julio Ramón Rybeiro.
- 13 Esse trazer à tona uma cena urbana desconhecida e indesejada ganha novos sentidos políticos e narrativos na literatura contemporânea. No livro *Capão pecado* (2000), Ferréz também desvela as contradições do processo de modernização, mas já sem o horizonte otimista das primeiras décadas da metade do século XX. À escrita seca e direta de Carolina, outros tons são acrescentados por um escritor letrado que frequentou a escola e se apodera da literatura menos como “escrita de si” e mais como denúncia, trazendo novos elementos para pensar a cidade em outro momento histórico. (PEREIRA, 2015)
- 14 O percurso inclui numerosas ruas e avenidas da região central, que se somavam aos endereços frequentados em outras regiões da cidade, também geralmente percorridos a pé, pela falta de dinheiro para pagar a passagem de ônibus. (BARONE, 2015)

- 15 “Aproveitei minha calma interior para eu ler. Peguei uma revista e sentei no capim, recebendo os raios solar para aquecer-me. Li um conto. Quando iniciei outro surgiu os filhos pedindo pão”. (16 de julho de 1955); “Mesmo elas aborrecendo-me, eu escrevo. Sei dominar meus impulsos”. (18 de julho de 1955); “Eu hoje estou triste. Estou nervosa.[...] É que hoje amanheceu chovendo. E eu não saí para arranjar dinheiro. Passei o dia escrevendo”. (22 de maio de 1958)”. (JESUS, 2017, p. 12,16, 41)- são algumas entre tantas entradas no diário que tematizam a leitura e a escrita como esse espaço próprio, que a permite seguir vivendo.
- 16 A vivência dessa cidade a partir dessa perspectiva foi tratada por Ana Claudia Veiga de Castro (2018) no artigo “Carolina e João na cidade: o lugar dos pobres em São Paulo (1950-1970)”.
- 17 Já adulta, Lavínia, irmã de Brites, tornou-se professora particular, lecionando inclusive aos filhos de D. Angélica (BOSI, 1987, p. 222-223)
- 18 Formada em Direito no Largo de São Francisco em 1945, Lygia acabaria largando a profissão em prol da literatura, dando continuidade a uma atividade iniciada ainda na adolescência, quando publicou, em 1938, financiada pelo pai, o livro de contos *Porão e sobrado*.
- 19 Joanne Hollows discute essas dicotomias problematizando a sua assimilação na análise da arquitetura e da cidade no livro *Histories of Domestic Culture: Gender and Domestic Modernity* (2008).
- 20 Esse tema foi trabalhado, também por meio da literatura, no artigo “Deslocamentos na cidade sitiada” por Joana Mello de Carvalho e Silva (2019).
- 21 Publicado no livro *O cacto vermelho* (1949). O livro recebeu o Prêmio Afonso Arinos da Academia Brasileira de Letras.
- 22 Felipe Charbel (2020) aponta que o livro de Defoe marca a primeira aparição de um diário num romance - na forma de uma metanarrativa.
- 23 O “gênero” tornara-se tão comum no século XX que, afirma Vila-Matas (2003, p. VIII, tradução nossa), Robert Musil, ao publicar o seu diário, sentiu-se impelido a se perguntar o porquê de tantos cadernos íntimos: “Os diários! Um signo dos tempos. Publicam-se tantos! É a forma mais cômoda, a mais indisciplinada [...]. Não é arte. Não deve sê-la. De que serve se escutar aí?”.
- 24 Stella Bresciani (2014) trabalhou com alguns deles ao lado de algumas das memórias recolhidas por Ecléa Bosi.
- 25 Um de seus manifestos historiográficos foi o pequeno verbete de Pierre Nora, “Memória Coletiva”, na coletânea/dicionário *La Nouvelle Histoire*, organizado por Jacques Le Goff; Roger Chartier e Jacques Rével.

26 A discussão extrapola os sentidos desse artigo, mas, para um aprofundamento na discussão da forma em relação ao mundo social, alguns críticos brasileiros deram contribuições fundamentais, entre eles: Antonio Candido (1970) e Roberto Schwarz (1987, 2000, 2001).

REFERÊNCIAS

- ALMANDOZ, Arturo. *Entre libros de historia urbana: para una historiografía de la ciudad y el urbanismo en América Latina*. Caracas: Equinoccio-Universidad Simón Bolívar, 2008.
- AUERBACH, Eric. *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- AULETE, Caldas. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881.v. 2.
- BARONE, Ana. Carolina Maria de Jesus, uma trajetória urbana. In: ENANPUR: ESPAÇO, PLANEJAMENTO, INSURGÊNCIAS, 16., 2015, Belo Horizonte. *Anais [...]*. Belo Horizonte: ANPUR, 2015.
- BATISTA, Marta Rossetti; GRAF, Márcia Elisa (org.). *Cidades brasileiras: políticas urbanas e dimensão cultural*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, 1998.
- BATISTA, Marta Rossetti; GRAF, Márcia Elisa (org.). *Cidades brasileiras II: políticas urbanas e dimensão cultural*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, 1999.
- BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 197-221.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 1. ed. São Paulo: T.A. Queiroz: 1979.
- BOSI, Ecléa. Lembranças de D. Brites. In: BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 2. ed. São Paulo: T.A. Queiroz: EdUSP, 1987a, p. 232-293.
- BOSI, Ecléa. Lembranças de D. Lavinia. In: BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 2. ed. São Paulo: T.A. Queiroz: EdUSP, 1987b. p. 203-231.

BRESCIANI, Maria Stella. Percursos topográficos e afetivos pela cidade de São Paulo: memorialistas, viajantes, moradores, literatos e poetas. *Redobra*, Salvador, n. 13, p. 173-200, 2014.

BRESCIANI, Maria Stella. Metrópoles: as faces do monstro urbano. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 5, n. 8/9, p. 35-68, 1984-1985.

BRESCIANI, Maria Stella. Século XIX: a elaboração de um mito literário. *História: questões e debates*, Curitiba, v. 7, n. 13, p. 209-244, dez. 1986.

BRESCIANI, Maria Stella. As sete portas da cidade. *Espaço & Debates*, São Paulo, ano XI, n. 34, p. 10-15, 1991. Dossiê Cidade e História.

BRESCIANI, Maria Stella. Permanência e ruptura nos estudos da cidade. In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio de Filgueiras (org.). *Cidade e história: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Salvador: FAU-UFBA, 1992. p. 11-26.

CANDIDO, Antonio. A dialética da malandragem. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 8, p. 67-89, 1970.

CARPINTÉRO Marisa; CERASOLI, Josianne. A cidade como história. *História: questões & debates*, Curitiba, n. 50, p. 61-101, jan./jun. 2009.

CASTRO, Ana Claudia Veiga de. Figurações da cidade: um olhar para a literatura como fonte da história urbana. *Anais do Museu Paulista: história e cultura material*, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 99-120, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02672016v24n0304>. Acesso em: 19 jul. 2020. CASTRO, Ana Claudia Veiga. Carolina e João na cidade: o lugar dos pobres em São Paulo (1950-1970). In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 15., 2018, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018. Disponível em: [https://www.even3.com.br/anais/xvshcu/82771-CAROLINA-E-JOAO-NA-CIDADE-O-LUGAR-DOS-POBRES-EM-SAO-PAULO-\(1950-1970\)](https://www.even3.com.br/anais/xvshcu/82771-CAROLINA-E-JOAO-NA-CIDADE-O-LUGAR-DOS-POBRES-EM-SAO-PAULO-(1950-1970)). Acesso em: 19 jul. 2020.

CHARBEL, Felipe. Dia após dia após dia. *Serrote*, [s. l.], p. 124-131, jul. 2020. Edição especial.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics and Violence against Women of Color. In: BAILEY, Alison; CUOMO,

Chris (ed.). *The Feminist Philosophy Reader*. New York: McGraw-Hill, 2008. p. 279-309.

DANTAS, Audálio. Retrato da favela no diário de Carolina. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, n. 36, p. 92-97, 20 jun. 1959.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio de Filgueiras. A pesquisa recente em história urbana no Brasil: percursos e questões. In: PADILHA, Nino (org.). *Cidade e Urbanismo: história, teorias e práticas*. Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, 1998. p. 13-28

FERRÉZ. *Capão pecado*. São Paulo: Labortexto Editorial, 2000.

FIGUEIREDO, Candido de. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1913. v. 1.

FOUCAULT, Michel (org.). *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

FREIRE, Américo; OLIVEIRA, Lucia Lippi (org.). *Capítulos da memória do urbanismo carioca*. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002.

GINZBURG, Carlos. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras; PINHEIRO, Eloísa Petti. Apresentação: os arquitetos, a cidade e o fascínio pela história. In: PINHEIRO, Eloísa Petti; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (org.). *A cidade como história*. Salvador: Edufba, 2005. p. 9-18.

GONZALES, Lelia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, Madel (org.). *O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro, Graal, 1982. p. 87-106.

HOLLOWS, Joanne. *Histories of Domestic Culture: Gender and Domestic Modernity*. New York: Open University Press, 2008.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HOMEM, Maria Cecília Naclério. *O palacete paulistano*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

INTRIGA. In: ORIGEM da palavra. [S. l.: s. n.], 2010. Disponível em: <https://origemdapalavra.com.br/palavras/intriga/>. Acesso em: 1 jul. 2020.

JACQUES, Paola Berenstein; PEREIRA, Margareth (org.). *Nebulosas do pensamento urbanístico*: tomo I – modos de pensar. Salvador: Edufba, 2018.

JACQUES, Paola Berenstein; PEREIRA, Margareth (org.). *Nebulosas do pensamento urbanístico*: tomo II – modos de fazer. Salvador: Edufba, 2019.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo*: diário de uma favelada. 1. ed. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo*: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2017.

JESUS, Carolina Maria de. *Casa de alvenaria: diário de uma ex-favelada*. São Paulo: Editora Paula de Azevedo, 1961.

JOUTARD, Philippe. Mémoire Collective. In: DELACROIX, Christian et al. (ed.). *Historiographies, II: concepts et débats*. Paris: Gallimard, 2010, p. 779-791.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1990. p. 423-483

LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; RÉVEL, Jacques (dir.). *La Nouvelle Histoire*. Paris: Retz, 1978.

LEJEUNE, Pierre; BOGAERT, Catherine. *Un journal à soi*: histoire d'une pratique. Paris: Textuel, 2003.

LEPETIT, Bernard. É possível uma nova hermenêutica urbana? In: LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Edusp, 2001. p. 137-153.

LIRA, José Tavares Correia de. Recife, da cidade à infância: Gilberto Freyre, história e biografia. In: GORELIK, Adrián; PEIXOTO, Fernanda Arêas (org.). *Cidades sul-americanas como arenas culturais*. São Paulo: Edições SESC-SP, 2019. p. 115-129.

- MENESES, Ulpiano Bezerra de. Morfologia das cidades brasileiras: introdução ao estudo histórico da iconografia urbana. *Revista USP*, São Paulo, n. 30, p. 144-155, 1996.
- MORSE, Richard. *De comunidade à metrópole: a biografia de São Paulo*. São Paulo: Comissão do IV Centenário, 1954.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.
- PIGLIA, Ricardo. Teses sobre o conto. In: PIGLIA, Ricardo. *Formas breves*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 89-94.
- SÃO PAULO (SP). Prefeitura Municipal de Divisão de Serviço Social. *Desfavelamento do Canindé*. São Paulo, 1962.
- PEREIRA, Gabriela Leandro. *Corpo, discurso e território: a cidade em disputa nas dobras da narrativa de Carolina Maria de Jesus*. 2015. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.
- PIGLIA, Ricardo. O que é um leitor? In: PIGLIA, Ricardo. *O último leitor*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 20-21.
- PRADO, Antonio Arnoni. Um melancólico libertário. In: SCHMIDT, Afonso. *São Paulo de meus amores (1954)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003. p. 3-7.
- RAMINELLI, Ronald. História urbana. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e método*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. p. 185-202.
- RYBEIRO, Julio Ramón. *La tentación del fracaso*. Barcelona: Seix Barral, 2003.
- SILVA, Joana Mello de Carvalho e. Deslocamentos na cidade sitiada. *PROA: revista de antropologia e arte*, Campinas, v. 2, p. 47-63, 2019. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/proa/article/view/3243>. Acesso em: 19 jul. 2020.

SOLLER, Maria Angélica; MATOS Maria Izilda S. (org.). *A cidade em debate*. São Paulo: Olho d'água, 1999.

SCHWARZ, Roberto. Pressupostos, salvo engano, da dialética da malandragem. In: SCHWARZ, Roberto. *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 129-156.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. [1977] São Paulo: Duas cidades/ Editora 34, 2000.

SCHWARZ, Roberto. *Um Mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas cidades: Editora 34, 2000.

TELLES, Lygia Fagundes. Ôlho de vidro. In: TELLES, Lygia Fagundes. *O cacto vermelho*. São Paulo: Editora Mérito S.A., 1949, p. 23-38.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história*. Brasília, DF: Ed. UnB, 1995.

VILA-MATAS, Enrique. Apartarse de uno mismo. In: RAMON RYBEIRO, Julio. *La tentación del fracaso*. Barcelona: Seix Barral, 2003. p. VII-XVI.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade na literatura inglesa*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.